

Universidade do Povo (UP): experiência de universidade popular no Brasil do século 20

Giovanni Frizzo¹

Resumo

Este texto objetiva analisar a Universidade do Povo (UP) como uma experiência de universidade popular brasileira no século 20. Desse modo, desenvolvemos uma pesquisa histórica utilizando como fontes de pesquisa a obra de Paschoal Lemme e o jornal Tribuna Popular – veículo de comunicação da UP. Criada entre os anos 1946-1957, a UP surge como uma necessidade da classe trabalhadora de acessar um projeto formativo com vistas à emancipação social e de confronto à ordem capitalista que impunha a repressão como resposta à luta do povo trabalhador. Logo, a UP configura-se como uma expressão brasileira das universidades populares latino-americanas do século 20.

Palavras-chave

Universidade popular. Educação popular. Movimentos sociais.

¹ Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; pós-doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; professor na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: gfrizzo2@gmail.com.

University of the People (UP): an experience of a popular university in 20th-century Brazil

Giovanni Frizzo¹

Abstract

This text aims to analyze the University of the People (UP) as an experience of a popular university in Brazil in the 20th century. To that end, we developed historical research using as sources Paschoal Lemme's work and the newspaper "Tribuna Popular" –the UP's communication outlet. Created between 1946 and 1957, the UP emerged from the working class's need to access an educational project aimed at social emancipation and resistance to the capitalist order, which imposed repression as a response to the struggle of the working people. Thus, the UP is characterized as a Brazilian expression of popular universities in Latin America during the 20th century.

Keywords

Popular university. Popular education. Social movements.

¹ PhD in Human Movement Sciences, Federal University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; postdoctoral degree, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; professor at the Federal University of Pelotas, State of Rio Grande do Sul, Brazil. Email: gfrizzo2@gmail.com.

Introdução

Este texto tem por objetivo analisar a Universidade do Povo (UP) como uma experiência de universidade popular no Brasil na primeira metade do século 20. Para essa análise, desenvolvemos uma investigação historiográfica e dialética cujo corpo metodológico baseia-se em uma análise documental, na qual utilizamos como fontes de pesquisa a obra de Paschoal Lemme, um dos principais intelectuais protagonistas da UP, além das edições do Jornal Tribuna Popular – o principal veículo de comunicação da instituição nos anos 1940 e 1950.

A análise dessas fontes iniciou-se pela seleção de todos os textos e fragmentos que abordavam o objeto desta pesquisa, constituindo-se em evidências coordenadas e interpretadas para compor o campo empírico desta investigação. Inicialmente, organizamos o texto com uma apresentação do contexto social da América Latina e do Brasil no período em tela para compreender a conjuntura em que se produziu essa experiência de educação popular; na sequência, sistematizamos a origem das concepções de universidade popular e suas particularidades no contexto latino-americano; por fim, aprofundamos a compreensão acerca da UP, que se produziu entre os anos de 1946 a 1957.

O início do século 20, na América Latina, foi marcado por reconfigurações do padrão capitalista de acumulação. Oriundo de uma economia agroexportadora e mercantil dominada por relações coloniais (ainda que com processos formais de independência das colônias europeias), a região reordenava-se politicamente de modo a favorecer a consolidação burguesa na produção econômica e a configuração dos Estados republicanos.

Segundo Florestan Fernandes (1976, p. 27), “essas transformações marcam a transição para a era da sociedade nacional”. Ademais, o autor pontua que “nação não aparece e se completa de uma hora para outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória de ziguezagues” (Fernandes, 1976, p. 27). Ao mesmo tempo em que o “velho” e o “novo” se ajustavam para manter as elites no poder para os movimentos sociais, o autoritarismo buscava impedir qualquer avanço da classe trabalhadora.

Ainda com a repressão violenta frente aos movimentos presentes, o proletariado deflagrava greves por melhores condições de vida, salário e redução da jornada de trabalho². Esses movimentos tiveram forte influência de trabalhadores e trabalhadoras advindos/as da

² No Brasil, as primeiras greves do século 20 foram: em 1902, no Rio de Janeiro/RJ, por sapateiros/as; em 1903, pelo operariado de fábricas têxteis do Rio de Janeiro; em 1905, pelo operariado dos portos de Santos/SP e do Rio de Janeiro/RJ, que paralisaram suas atividades; em 1906, pelos/as ferroviários/as. Posteriormente, em 1917, houve a deflagração da primeira greve geral do país.

Europa (especialmente da Itália e da Espanha), os/as quais alcançavam o continente buscando melhores condições de vida em razão das guerras e da crise econômica no velho continente.

A chegada de imigrantes possibilitou uma consciência política distinta da qual se estabelecia no Brasil, especialmente sob a perspectiva do anarco-sindicalismo que mobilizava setores do operariado e confrontava o capitalismo como sistema de exploração. Além disso, nesse período, surgiram os primeiros partidos socialistas no continente. Especificamente, em 1892 no Brasil, em 1896 na Argentina, em 1910 no Uruguai e, por fim, em 1912 no Chile. Alinhados à II Associação Internacional dos Trabalhadores, prevalecia neles o caráter social-democrata, com uma atuação mais voltada às questões institucionais e parlamentares. Nesse contexto, aproximavam-se de alianças com liberais burgueses, considerando o caráter atrasado das oligarquias que detinham controle sobre os países.

Ademais, a situação de crise e a guerra na Europa ecoavam na América. O descontentamento popular e o ascenso de frações burguesas liberais nas disputas institucionais formavam um cenário de efervescência que, em breve, se desdobraria em lutas sociais de complexa compreensão. Em 1917, na Rússia, iniciaram-se os “dez dias que abalaram o mundo”, como escreveu John Reed. A ascensão do proletariado, dirigido por comunistas, nutriu sonhos e esperanças na classe trabalhadora em todo o mundo. Na América Latina, a agitação e a propaganda da revolução socialista começaram a circular entre os movimentos populares, e o comunismo surgiu como perspectiva da classe trabalhadora latino-americana, juntamente com o anarquismo e o socialismo, que se articulavam às experiências de luta e organização já existentes dos movimentos indígenas e negros antiescravagistas.

As distintas faces das lutas sociais produzem episódios singulares que, no conjunto, articulam-se às particularidades da formação social da classe trabalhadora latino-americana. O direcionamento dessas lutas populares, em geral, volta-se à conquista de direitos sociais e à melhoria das condições de vida e de trabalho. Nesse processo, situam-se também as lutas pela educação e pela universidade, expressas em confrontos de projetos no interior dos setores que convulsionam a sociedade, a qual disputa os rumos de suas próprias contradições.

Ao mesmo tempo em que comunistas, anarquistas, indígenas, negros, socialistas e liberais se voltam contra as elites oligárquicas e o poder clerical cristão, a condução política dos movimentos tem horizontes distintos, o que se expressa nas pautas sobre a Universidade – nesse momento, em especial, em razão de que as mudanças da dinâmica da acumulação do capital e das estruturas de Estado exigirão mudanças nas instituições universitárias, abrindo um período de reformas na América Latina. Essas reformas têm dinâmicas assentadas em pressupostos da “modernização” da sociedade que se resumiu a importar, da Europa e dos

Estados Unidos da América (EUA), modelos universitários a serem implementados nos países do continente, com perspectiva de “liberdade de pensamento” e de “autonomia universitária” das universidades que somente significavam subordinar as instituições ao liberalismo burguês e decolar os governos para que acelerassem as perspectivas de ciência e de formação profissional precisas para as necessidades de mercado demandadas pela industrialização que se intensificava na região. Nesse contexto, nenhuma reforma universitária realizada nos países do continente avançou além de questões puramente acadêmicas ou institucionais, ou seja, as reformas mantiveram os muros e a distância da realidade do povo trabalhador (Frizzo, 2024).

Com caráter transformador, porém sob um viés democrático-liberal, o movimento da Reforma de Córdoba, em 1918, foi, sem dúvida, um marco histórico fundamental como ponto de partida em todo o continente para as disputas de concepções de projetos de universidade. Para Cardoso (2022), embora houvesse uma hegemonia mais reformista do que revolucionária do movimento, a rebeldia estudantil de Córdoba representou, para toda a América Latina, “a possibilidade de conectar a universidade, espaço historicamente imerso em espírito oligárquico, aos desejos e necessidades de transformação social, política, econômica e cultural do início do século XX” (Cardoso, 2022, p. 49-50). Isso expressa um potencial contestatório não somente do movimento estudantil, mas da própria universidade como espaço em disputa, no qual as lutas de classes teriam lugar e visibilidade (Cardoso, 2022).

Esse movimento surgiu enquanto a cidade de Córdoba recebia estudantes de vários locais da Argentina e de outros países para estudarem na Universidade Nacional de Córdoba (UNC), originários de famílias abastadas e de algumas oriundas da Europa com perspectivas liberais da política e da economia que, naquele contexto, apareciam como alternativas mais avançadas do que as relações oligárquicas e clericais que conservavam estruturas arcaicas das instituições. Nesse período, Hipólito Yrigoyen destacou-se como o primeiro presidente democraticamente³ eleito da Argentina. Seu programa de governo promoveu reformas sociais em confronto com a oligarquia que, até então, governava o país por décadas. Além de legislações trabalhistas e de direito de propriedade, os sindicatos foram autorizados a funcionar e, com isso, as lutas sociais se alastraram pelo país com convocação de greves e mobilizações do povo trabalhador.

Nessas lutas, a educação popular destacou-se frente às mobilizações. No sentido de elevar a consciência de classe do povo trabalhador, criou-se, em 1917, uma experiência de universidade popular junto à Escola Juan Bautista Alberdi – uma escola da educação básica

³ Democracia que se resumia ao voto obrigatório e secreto para homens maiores de 18 anos. Mulheres, soldados, pessoas apenas ou condenadas judicialmente não tinham permissão para votar.

que, à noite, transformava-se em universidade popular. Docentes e estudantes da UNC ministravam cursos de saúde, higiene, direitos humanos e outras atividades para trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, as atividades da universidade popular foram encerradas em período inferior a um ano, uma vez que, em 1918, a efervescência política frente à juventude universitária e progressista egressa da UNC movimentou as lutas sociais de disputa da reforma universitária.

De acordo com Leher (2008) e Cardoso (2022), a síntese do movimento da Reforma de Córdoba foi: a modificação da instituição em relação à participação de estudantes nos conselhos superiores da UNC; o fim da cátedra vitalícia de docentes; as mudanças de concepções teóricas e filosóficas nos currículos acadêmicos; a extensão universitária com caráter de aproximação da universidade com a população. Além disso, houve questões objetivas e imediatas de mudanças na UNC, visto que “o movimento que havia sido iniciado com uma agenda com inequívocas referências liberais acabou propiciando um ambiente intelectual no qual se afirma um pensamento crítico original que torna a problemática da universidade latino-americana distinta das demais regiões” (Leher, 2008, p. 55). Assim, o maior legado da Reforma de Córdoba foi a difusão de perspectivas e as lutas por outras concepções de universidade, nas quais os movimentos sociais se fortalecem na articulação entre diferentes países latino-americanos que enfrentam processos parecidos. Nesse movimento, surge a universidade popular como uma concepção latino-americana de universidade (Frizzo, 2024).

Origens da universidade popular

As primeiras experiências de universidade popular surgiram na Europa, na segunda metade do século 19, com o propósito de elevar o padrão cultural por meio do conhecimento elaborado nas instituições acadêmicas, levado para as camadas pobres das cidades e do campo que não podiam (ou não eram permitidas) acessar as instituições. O primeiro momento das ideias que fundamentariam modelos alternativos de educação superior se refere a um modelo de extensão universitária desenvolvido por intelectuais vinculados às universidades tradicionais. Esse modelo predominou, sobretudo, nas instituições anglo-saxãs formais que desenvolviam seus projetos. Segundo Aguilar (2009), a extensão universitária, nesses termos, surgiu em 1873 na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Embora com ideais de elevação da cultura como uma intenção das elites intelectuais de melhorarem as condições de vida da população, a característica era mais evangelizadora do que libertadora, ilustrada na palavra de ordem: levar conhecimento aos pobres.

No contexto de mudanças sociais da Europa, em fins do século 19 e início do século 20, que demandaram alternativas de modelos educativos no ensino superior, foram criadas experiências de universidades populares vinculadas ao povo trabalhador. Na Comuna de Montreuil – uma comunidade de operários de Paris, na França –, alguns/mas ativistas se reuniram nas *Soirées ouvrières* (noites de trabalhadores/as) para discutir assuntos diversos sobre a vida social e questões filosóficas. Embora desejosos/as de mudanças das condições de vida e da sociedade, as discussões sobre democracia foram tratadas como resultado do desenvolvimento das ideias com inspiração no socialismo utópico de Fourier, bem como nas ideias anarquistas de Proudhon (Morini, 1908). Com essa caracterização, o operário tipógrafo e anarquista Georges Deherme elaborou e distribuiu o panfleto *La Coopération des Idées* (A Cooperação das Ideias), que “promovia a democracia mediante a cooperação de todas as vontades, de todas as ideias, de todos os interesses, não com a luta” (Aguilar, 2009, p. 204). Na sequência, em um pátio de uma humilde residência do bairro, no ano de 1898, iniciaram-se ciclos de estudos que, gradativamente, começaram a incorporar mais pessoas interessadas. Logo, no ano seguinte, os eventos de perseguição política a intelectuais atuantes nos espaços públicos começaram a canalizar esses segmentos para construir iniciativas de educação popular. Desse modo, surgiu a Universidade Popular de Paris, com o envolvimento de personalidades da ciência e da cultura, como Émile Zola (1919, p. 2 *apud* Aguilar, 2009, p. 250) – autor do belíssimo romance *Germinal*, de 1885 – descreve:

É necessário instruir os operários para sua missão de cidadãos livres, que saibam e queiram estar livres de absurdos, de dogmas e mortais erros religiosos, funestas para a liberdade e a dignidade humanas. Enquanto houver multidão de pobres de espírito, haverá multidão de miseráveis, de bestas de carga, exploradas e devoradas por uma ínfima minoria de ladrões e bandidos.

A Universidade Popular Francesa, como alternativa às instituições oficiais tradicionais, diferencia-se das noções anteriores de extensão universitária por não ser institucionalizada e dependente das estruturas acadêmicas das universidades. Ela tem autonomia e formas organizativas próprias, assim como não se preocupa centralmente com a certificação dos estudos, mas sim com a disseminação e produção do conhecimento dos setores explorados e oprimidos da sociedade burguesa. Em outubro de 1899, a conferência que inaugura a Universidade Popular em Paris é de Gabriel Séailles, filósofo da Universidade de Sorbonne, que palestra sobre o tema “Educação e Revolução” (Morini, 1908). Com origem na Europa, essa forma característica da universidade popular se desenvolve também na Polônia, Bélgica, Itália e Espanha, chegando à América Latina.

Por sua inserção nos bairros proletários e em meio a convulsões sociais da Europa, distintas perspectivas políticas se confrontam nos projetos de universidades populares disseminados pela França. O socialismo utópico de inspiração anarquista de Deherme, que buscava elevar culturalmente o operariado sem confrontar o poder burguês, destinava sua crítica ao Estado e à igreja. Enquanto isso, o operariado imerso em princípios comunistas e marxistas trazia a luta de classes como elemento central para compreender o mundo e a necessidade de ruptura radical com a sociedade capitalista. Essas disputas não se resumiam aos projetos educacionais populares, mas eram expressões da luta de classes na França. A síntese desses processos, portanto, é a educação da classe trabalhadora como livre – conforme própria definição – em relação às instituições oficiais, e não vinculada ao “livre” dos preceitos burgueses liberais, canalizando o conhecimento produzido para as iniciativas e as ações da própria classe. Ademais, modifica-se o caráter “desinteressado” para um interesse de classe na disputa de projetos de sociedade.

Na América Latina, a difusão de perspectivas da universidade popular se consolida como um projeto do movimento estudantil quando, no México, em setembro de 1921, é realizado o I Congresso Internacional de Estudantes. Esse Congresso criou a Federação Internacional de Estudantes e possuía, dentre as resoluções, a socialização de experiências e impulsionamento para a criação de universidades populares pela América Latina. Esse movimento se ampliou de modo a envolver o movimento sindical e os partidos socialistas e comunistas na medida em que foram criadas, em 1920, a Universidade Popular Lastarria, no Chile, a Universidade Popular Gonzales Prada, no Peru, e a Universidade Popular José Martí, em Cuba.

No Brasil, a primeira experiência de universidade popular foi inspirada nos movimentos anarquistas organizados no país, tendo como referência o trabalho de Deherme, em Paris. Em 1904, com o protagonismo de Rocha Pombo e de intelectuais simpatizantes progressistas e anarquistas, criou-se a Universidade Popular de Ensino Livre (Upel), no Rio de Janeiro/RJ. O principal meio de difusão da iniciativa foi o jornal libertário “O Amigo do Povo”, publicado em São Paulo/SP com colaborações de ativistas do Rio de Janeiro/RJ. Em 2 de abril de 1904, esse jornal divulgou uma matéria a respeito da criação da Upel, na conferência realizada em 20 de março, explicitando os objetivos da iniciativa:

A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade sem distinção de crença nem partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar aos trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecer, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução – e a união moral entre os cooperadores (Lamela, 2017, p. 141).

Vinculada a sindicatos e organizações políticas, essa experiência surgiu direcionada à mobilização do povo trabalhador por vias não institucionais. Tal aspecto é ressaltado por Elysio de Carvalho (1904, n.p. *apud* Lamela, 2017, p. 127), na Conferência de Inauguração da Upel.

A Universidade Popular não é um acidente, uma fantasia de filantropos, é obra dos trabalhadores, responde a uma orientação nova do seu pensamento, corresponde a um movimento histórico real, o da classe proletária, dirigindo-se para a liberdade, é, enfim, uma cooperação moral organizada para a conquista dum poder indestrutível - o do pensamento.

A experiência da Upel ocorreu em poucos meses, tendo um desfecho de término de suas atividades polêmico. Lamela (2017), que investigou os poucos registros e documentos sobre a experiência, encontrou indícios de que Elysio de Carvalho era um policial infiltrado, “cujo papel fora ganhar confiança, identificar e vigiar grupos libertários” (Lamela, 2017, p. 151). Denúncias de apropriação indevida de recursos e as dificuldades operacionais de manter as atividades, além das desconfianças e diferenças políticas entre as lideranças, motivaram o fim dessa trajetória, ainda no ano de 1904.

Outras iniciativas de educação popular ou operária se difundiam pelo país no começo daquele século, e suas atividades eram monitoradas pelas forças policiais e agentes do governo. Essas iniciativas eram parte da mobilização operária que se consolida naqueles anos em confronto com as políticas governamentais e a exploração de patrões. Para além da repressão oficial, as formas de combater a educação popular proletária também incidiam sobre as concepções de educação do povo. Na tentativa de sufocar iniciativas libertárias e socialistas, alguns/mas parlamentares criavam leis e projetos para direcionar a perspectiva popular de educação para um adestramento liberal ideológico, como ocorreu na criação da Universidade Popular da Parahyba.

Castro Pinto, governador da Paraíba (1912-1915) do Partido Republicano, foi responsável pela iniciativa parlamentar desse projeto. Consideravelmente distante dos ideais socialistas e anarquistas responsáveis pelas primeiras experiências de universidade popular, o

projeto do governador tinha um explícito sentido de instrução de formação de mão de obra para o trabalho assalariado. Conforme Costa e Espindola (2017, p. 165), “Castro Pinto fez uma clara divisão entre o ensino propedêutico para a formação das elites do país e o ensino prático para a formação do povo”. Criado em janeiro de 1913 e, por ser uma iniciativa do governo do Estado, o projeto não prosperou junto a movimentos sociais nem à população, pois a manobra política tinha intenção de difundir as ideias de educação liberal dos/as republicanos/as e combater quaisquer iniciativas populares.

Assim como as perspectivas políticas anarquistas e socialistas europeias alcançaram o continente com suas propostas educacionais, aqui reconfiguradas para o contexto latino-americano, a tomada de poder pelo proletariado russo e a criação dos Partidos Comunistas (PC)⁴ estabeleceram outro ponto de partida das lutas sociais: a Seção Brasileira da Organização Internacional Comunista.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922 por militantes oriundos/as das fileiras anarco-sindicais, exigia que as mobilizações espontâneas da massa operária criassem sua própria organização como partido da classe, representando uma necessidade de estrutura coletiva que confrontasse a autocracia burguesa conservadora e/ou liberal que se estacionava no poder. Não era apenas um partido para disputas eleitorais; pelo contrário, surgia das massas trabalhadoras e incidia junto a elas para confrontar governos, patrões e a burguesia. Assim, a militância comunista busca desenvolver espaços de educação e de formação política para a classe trabalhadora, por dentro e por fora das instituições, criando organizações e projetos de educação popular.

Em 1927, foi criada a União da Juventude Comunista (UJC), vinculada ao PCB, com papel protagonista na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938. Isso foi fundamental na história do movimento estudantil brasileiro, na medida em que essa entidade seria a organizadora da juventude, não apenas exigindo melhorias educacionais, mas incidindo nas lutas sociais e na formação política da juventude. Em outros países latino-americanos, foi justamente a criação de entidades nacionais estudantis que possibilitou a ampliação organizada das lutas da juventude (nesses países, em geral, criaram-se federações de estudantes) e a criação dos projetos de universidades populares.

A partir dos projetos europeus e das experiências brasileiras e latino-americanas, as propostas de universidades populares são incorporadas por comunistas nos mais diferentes espaços e com características próprias de alfabetização – em sentido ampliado – e de acesso

⁴ O PC argentino foi fundado em 1918, o uruguaio em 1920, o chileno e o brasileiro em 1922, o cubano em 1925 e o mexicano em 1929.

ao conhecimento, ao mesmo tempo em que aprofunda a formação política no sentido de compreender a realidade para transformá-la. É ilustrativo, nesse sentido, uma passagem da vida do comunista Carlos Marighella, quando ele, em uma das prisões políticas em que foi encarcerado, foi enviado para a Ilha de Fernando de Noronha/PE, em 1939, junto a demais pessoas aprisionadas por motivação política. Nesse local, militantes se organizaram coletivamente para o trabalho de subsistência e para círculos de estudos inspirados na concepção de universidade popular difundida por Marighella. Eles se revezavam nos conhecimentos em que detinham algum grau de compreensão e socializavam questões das ciências, filosofia e marxismo.

Na biografia de Marighella, escrita por Mário Magalhães (2016, p. 123), a passagem de sua trajetória é relatada da seguinte forma:

Logo teve sua [Marighella] melhor ideia em Fernando de Noronha: sistematizar aulas e palestras num projeto mais ambicioso. O coletivo aceitou sua proposta e instituiu uma “universidade popular”. Uma biblioteca foi montada com livros que as famílias providenciavam. Nos cursos ensinavam das primeiras letras a camponeses analfabetos a física de nível superior. Um preso que não sabia dizer “good morning” acabaria professor de inglês, idiomas cujas classes eram concorridas como as de francês. José Maria Crispim, sargento do Exército, dava aulas de história do Brasil. Marighella lecionava matemática e português, aplicando a didática que estudara no Ginásio da Bahia e o traquejo de professor particular. Desenhava em um quadro-negro as lições de geometria. Foi eleito para o coletivo, no qual desempenhou todas as funções, inclusive a presidência.

Tais iniciativas localizadas e de curto tempo de permanência são embrionárias e potencializadoras de uma experiência mais elaborada de universidade popular no contexto brasileiro, o qual se realiza no confronto de projetos de sociedade e necessidade de elevação da consciência do povo trabalhador na década de 1940.

A Universidade do Povo como educação popular da classe trabalhadora brasileira

Inicialmente, pelo lastro dos comunistas do PCB, surge uma nova experiência de universidade popular, nos anos 1940 e 1950. O isolamento político da Ditadura Vargas e a pressão externa, a qual o assolava com o fim da 2ª Guerra na Europa, desencadearam processos que levaram o Governo a apoiar transformações de caráter democrático para se manter como expressão de poder na política nacional. Presos/as políticos/as foram anistiados, partidos de esquerda foram legalizados, eleições foram convocadas para aquele ano e a censura à imprensa

foi levantada. A intenção de Vargas era de concessões à população, em busca da mudança de sua imagem junto às massas populares e de refúgios na institucionalidade.

Com a legalização do PCB, em 1945, foram criados os Comitês Populares Democráticos, cujo objetivo era aproximar o partido das massas trabalhadoras em parceria com outros movimentos populares, lutando por reivindicações imediatas de interesse de melhoria das condições de vida (Viana, 2021). Esses comitês foram criados, em 1945, como instrumento político com características oriundas dos soviets da Rússia, embora com limitações do tempo histórico que traziam contextos sócio-políticos diferenciados e uma estratégia democrática na qual se colocava como central uma política de “união nacional para o desenvolvimento do país”, em que se imaginava haver espaço amplo de unidade para uma abertura democrática com o fim da Ditadura Vargas.

No reordenamento geopolítico mundial pós-1945, polarizado entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético, o governo Dutra, submisso aos EUA, implementou diversas medidas para atender às ordens do imperialismo estadunidense. Dentre elas, incidiu fortemente, de maneira conservadora, frente à Constituição de 1946; nesse processo, houve restrições ao direito de greve para tentar barrar os movimentos sindicais e populares. No ano seguinte, o PCB foi posto na ilegalidade, e todos/as os/as parlamentares eleitos/as pelo Partido tiveram seus mandatos cassados⁵.

A ilegalidade do PCB não significou, de modo algum, a derrocada comunista enquanto perspectiva de transformação da sociedade. Direcionado mais profundamente em sua relação com as massas populares e com a impulsão da necessidade de construir uma nova sociedade, o acesso à educação e a elevação cultural do povo trabalhador destacam-se como necessidades para a emancipação política da classe. Por dentro e por fora das instituições oficiais, a criação de espaços educativos dirigidos pela própria classe é disseminada para a formação política e científica com autonomia e controle dos próprios trabalhadores e das trabalhadoras.

As iniciativas de educação popular, segundo Viana (2021), expandiram-se por todo o país com campanhas de alfabetização de adultos/as, criação de bibliotecas populares nos bairros, clubes culturais e, por fim, a criação da UP, no Rio de Janeiro/RJ. Para compreender a relação entre a educação e a política como projeto emancipatório, nesse contexto, é válido ressaltar que o direito ao voto, à época, era somente permitido a pessoas alfabetizadas. Portanto,

⁵ Os/as parlamentares do PCB cassados, pertencentes à Câmara de Deputados, foram: Jorge Amado, Marighella, Maurício Grabóis, João Amazonas, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Alcêdo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro, Gervásio Gomes de Azevedo, José Maria Crispim e Oswaldo Pacheco da Silva. No Senado, em específico: Luís Carlos Prestes.

as campanhas de alfabetização se vinculavam à perspectiva democrática de engajamento nos processos eleitorais, exercendo o direito ao voto pelo povo trabalhador. No entanto, o caráter político da campanha de alfabetização não se limitava a questões eleitorais, tanto que ela se manteve ativa nos anos seguintes, assim como outras iniciativas educacionais (Pinheiro, 2014). Como manifestou a presidenta Frida Ciornai, da Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares:

A campanha de alfabetização não é, como muitos supunham, uma campanha eleitoral; ela é, inegavelmente, uma campanha altamente patriótica, e que deve ser, agora, mais do que nunca, uma bandeira de luta dos Comitês Democráticos, pois ensinando a ler às nossas massas populares analfabetas, estaremos lutando pela União Nacional, de que tanto necessita o nosso querido Brasil, e lutando pelo esmagamento total e definitivo dos remanescentes do nazifascismo que ainda existem espalhados pela nossa terra (Tribuna Popular, 1946, p. 5).

O vínculo com as massas, por meio dos comitês populares, aproxima intelectuais progressistas, marxistas e revolucionários/as. Dessa união, surgem determinadas experiências educacionais, como a UP, fundada em 29 de março de 1946⁶, cujo objetivo era elevar o nível cultural por meio do acesso a diferentes manifestações da cultura, além de ampliar o conhecimento do povo trabalhador sobre os mais diversos aspectos do mundo, da ciência, da filosofia, da política *etc.* Nesse horizonte, Paschoal Lemme se destaca como um dos intelectuais imprescindíveis para a criação dessa iniciativa; destacado, inclusive, por Jorge Amado – militante do PCB – na sua coluna intitulada “A Hora do Amanhecer”, do jornal “Tribuna Popular”, no ato de instalação da UP:

A instalação, na sexta-feira, da Universidade do Povo prova, antes de tudo, que os intelectuais brasileiros não se mantêm indiferentes ante os graves problemas do Brasil. Entre a massa trabalhadora que participou do ato estavam escritores, artistas, pedagogos, figuras como Portinari, Niemeyer, Paschoal Lemme (Amado, 1946, p. 3).

No que concerne a Paschoal Lemme, ele não era militante do partido, mas atuava em consonância com as linhas gerais da política do PCB; nesse processo, o educador realizava, inclusive, campanhas em processos eleitorais gerais e nas entidades da classe trabalhadora. Com importantes estudos acerca da educação e da pedagogia, suas posições marxistas o relegaram a um plano secundarizado na história oficial da educação brasileira, especialmente

⁶ Catalogada no Registro de Títulos e Documentos do Cartório do 2º Ofício, livro n.º 2, de Sociedades Civis, sob o n.º de ordem 435, de 31 de maio de 1946, no Rio de Janeiro/RJ.

porque confrontava o movimento progressista escolanovista daquela época. Ele afirmava que a perspectiva educacional na qual qualquer movimento popular deveria se pautar era pela emancipação do povo e não pela integração à democracia burguesa, como advogavam, segundo o autor, os representantes da Escola Nova.

A trajetória política e acadêmica de Lemme fez com que Luiz Carlos Prestes, dirigente do PCB, solicitasse que ele redigisse um programa sobre a educação nacional para a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O trabalho elaborado para esse fim foi o documento “A situação do ensino no Brasil”, escrito em 1945. A apresentação do texto, inclusive, relata esse momento pelo próprio autor:

Certo dia desse mesmo ano de 1945, recebo um recado. Não me recordo bem de onde e de quem. Informava-me que Prestes deveria pronunciar um discurso sobre o programa de governo da Aliança Nacional Libertadora e que nele, naturalmente, deveria figurar alguma coisa referente aos problemas de educação e ensino. Consultavam-me se eu estaria disposto a colaborar redigindo algumas sugestões. Respondi ao emissário que não gostaria de assumir essa responsabilidade sozinho e indicava como companheiro para esse fim o professor Edgard Sússekind de Mendonça. Disseram-me que eu contaria com a colaboração de Campos Melo, um economista que, segundo creio, era filiado do Partido Comunista. Edgard, sempre às voltas com seus problemas de saúde, agravados com a permanência na prisão, não pôde nos ajudar. Redigi, então, sozinho, o trabalho que aparece em seguida e que foi entregue pessoalmente por mim a Prestes, nesse primeiro encontro que tive com ele, na presença de Campos Melo (Lemme, 2004, p. 33).

Filiado à ANL, foi preso entre 1936 e 1937 por ministrar curso de orientação marxista para operários da União Trabalhista. Na prisão, conheceu artistas, intelectuais e militantes comunistas como Graciliano Ramos e Agildo Barata. Mais uma vez, tal qual Marighella quando preso, os/as comunistas, bem como sua sanha por mudar o mundo em todas as situações em que se encontram, organizaram informalmente uma universidade popular na prisão. Essa passagem é, inclusive, narrada pelo próprio Paschoal:

Na prisão também se instalou uma ‘universidade popular’, onde cada um ensinava o que sabia e aprendia o que ignorava, tendo nós a suprema honra de ser escolhido reitor dessa instituição ‘sui generis’, onde grandes mestres, nacionais e estrangeiros, nos proporcionaram ensinamentos inesquecíveis (Lemme, 1947, p. 3).

Esse contato estreitou laços e elaborações políticas fundamentais para a obra do estudioso. Logo, estendia para si a tarefa prioritária de transformar as instituições por dentro (Brandão, 2010). Como o PCB fora posto na ilegalidade e a perseguição a militantes era

permanente e impeditiva para aparições públicas, ele não se filiou ao partido, embora mantivesse laços estreitos com o programa comunista. Como um dos principais protagonistas da UP, representou-a em vários eventos educacionais pelo Brasil e pelo mundo. Inclusive, por ocasião da sua participação na I Conferência Mundial de Educadores de 1950, em Viena (Áustria), ele recebeu um convite da delegação da União Soviética para visitar e conhecer a educação do país. Em seguida, foi convidado a visitar a República Popular da China e conhecer os processos educativos do país socialista (Lemme, 2004).

O destaque internacional da experiência da UP junto a países socialistas refletia a importância do projeto, tanto no sentido de consolidar uma perspectiva popular de educação quanto no confronto às estratégias de apagamento e perseguição operadas pelos setores conservadores e liberais. O engajamento político pela emancipação se fortalecia na mesma medida em que era confrontado pela burguesia, como relatado no texto de Paschoal publicado no jornal “Tribuna Popular”. Esse escrito relata o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1947, em que Lemme e Fernando Esteves – representando a UP – proferiram comunicação durante o evento, mas suas intervenções sequer foram incluídas nos Anais do Congresso pela vinculação aos comunistas. Nesse contexto, é importante considerar o dizer de Lemme (1947, p. 3) ao declarar que:

Não abandonamos um instante sequer a luta pela educação do povo, sem desligá-la porém, de sua base, do problema político da emancipação econômica do país, por ter compreendido [...] que: mais e melhores escolas de todos os graus e níveis, sim, é o que todos nós e o povo desejam. Mas a luta por tal reivindicação não pode ser isolada da luta geral pela liquidação do pauperismo das grandes massas, pela elevação do padrão de vida do povo brasileiro, pela emancipação econômica e portanto política do país [...]. Assim fazendo, concorrendo para o progresso geral do país estão lutando por mais e melhor educação que constitui sua tarefa técnica imediata.

Nessas palavras, não estão expressas apenas as ideias de um intelectual, mas a síntese elaborada pelo conjunto de pessoas engajadas na experiência de educação popular. Esse caráter combativo ao ideário burguês conduzia as elites das frações dominantes – capitalistas e oligárquicas – a proferirem ataques à UP. Com o intuito de confrontar a perspectiva popular de educação e alfabetização de adultos/as – não somente para ler/escrever, mas aprender sobre direitos e sociedade –, o governo Dutra criou a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (Pinheiro, 2014), com a finalidade de integrar pessoas adultas não-alfabetizadas na lógica do sistema capitalista, ou seja, dotando um sentido político de classe dominante para incidir na consciência do povo trabalhador de forma a aprofundar a alienação.

Do ponto de vista da estrutura da UP, destacam-se a tese de Pinheiro (2014) e os artigos de Viana (2021) e Xavier (2018), que podem ser recorridos para maiores detalhamentos. Nesse contexto, destacamos o Estatuto da UP:

Art. 1. A Universidade do Povo é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, tendo como objetivo elevar o nível cultural e desenvolver a educação do povo, através do ensino, preparação técnica e do alargamento da cultura de todas as camadas populares e especialmente da classe trabalhadora; [...] Art. 3. Para atender os seus objetivos a Universidade do Povo desenvolverá inicialmente atividade tendo em vista: a) Ministras cursos regulares e avulsos, de alfabetização, científico, artístico, cultural, profissional, organizados com máxima flexibilidade de modo a atender efetivamente às necessidades do povo; b) Promover conferências sobre assuntos julgados de interesse nacional; c) Organizar seminários para debates dos problemas fundamentais ao progresso e melhoramento das condições do povo; d) Promover audições e concertos de caráter popular para recreação, educação, aproveitamento de vocações e apuro do gosto artístico do povo (Estatuto, 1946, p. 6 *apud* Viana, 2021, p. 44).

Observa-se uma perspectiva totalmente diferente da concepção hegemônica de educação sob a lógica capitalista, não apenas no Estatuto, mas no trabalho pedagógico. Enquanto a lógica do capital é de uma educação formadora de mão de obra, produtora de mercadoria e de força de trabalho, a UP se apresenta para alargar o conhecimento e o acesso à cultura pelo povo trabalhador. Não se trata, desse modo, apenas de decorar fórmulas matemáticas e regras gramaticais, mas de conhecer o mundo para nele agir em sentido de transformar; é acessar a cultura produzida pela humanidade para potencializar a atividade criativa popular, e não apenas de consumo da cultura burguesa.

Em 1948, quando a UP foi denominada como “Escola do Povo”, essa concepção de educação permaneceu a mesma⁷. No “Boletim da Escola do Povo”, frente à mudança de nome ocorrida, a sustentação de confronto à lógica de mercado permaneceu expressada:

A Escola do Povo é um movimento que procura satisfazer as necessidades crescentes e pouco consideradas da educação e cultura do povo. Tem o sentimento de um autodidatismo do povo, uma vez que, fugindo a qualquer comercialismo, baseia a sua existência nos próprios recursos intelectuais e financeiros dos que compreendem e sentem a necessidade de elevação do nível cultural das classes populares brasileiras (Viana, 2021, p. 47).

⁷ Essa mudança justificou-se pela característica dos cursos e público ofertados, além da busca por formas oficiais de registros para garantir a sua regularização de modo que funcionasse sem ser constantemente ameaçada pelas forças repressoras da burguesia.

A Escola do Povo, nos anos 1950, alastrou-se para diversos espaços políticos e culturais. Ao mesmo tempo em que as atividades propriamente educacionais se desenvolviam (alfabetização, cursos, palestras, oficinas *etc.*), diversas iniciativas culturais e artísticas eram promovidas, assim como parcerias com outras entidades como o Teatro Popular Brasileiro, criado por Solano Trindade, Margarida Trindade e Edson Carneiro – militantes pertencentes ao PCB. O Teatro Popular Brasileiro, nesse contexto, era sediado na UNE e formado por estudantes, trabalhadoras e trabalhadores, além de ser uma das origens da experiência do Centro Popular de Cultura da UNE, criado na década de 1960.

A UP foi fechada em 1957 pelas forças policiais e políticas do governo Juscelino Kubitschek, por uma denúncia da chamada “Frente da Juventude Democrática” (núcleo de jovens burgueses/as reacionários/as, oriundos/as de universidades privadas que defendiam o liberalismo e a educação voltada ao mercado), cujas “acusações” eram: “[a] Escola do Povo [representando] um dos mais ativos núcleos comunistas da capital da República, disfarçado em estabelecimento de ensino, canto, violão, francês e inglês” (Xavier, 2018, p. 18). Eram tempos de cruzada anticomunista, e tudo que se referia à influência política do PCB era tratado com repressões, prisões, mentiras e violências. Assim, por força do que se tem de mais atrasado na sociedade, uma belíssima experiência de educação e cultura popular teve suas atividades encerradas pela repressão do Estado burguês. Milhares de pessoas aprenderam a ler, escrever, fazer poesia, tocar instrumentos musicais, dançar, cantar, adquiriram conhecimentos de todas as ciências e filosofias, aprenderam a falar idiomas nunca ouvidos – oriundos de países que nunca visitaram –, aprenderam porque são explorados/as e oprimidos/as e, por fim, que o mundo pode mudar. Esses aprendizados foram possíveis devido a uma concepção de educação constituída na força material que as iniciativas adquiriram pelas organizações que lutam pela emancipação de seu povo.

Considerações finais

Confrontando a perspectiva liberal que mascara a educação atribuindo um valor universal e condicionante do desenvolvimento de uma nação, não é a ausência de educação (ou de sua qualidade) que causa os problemas econômicos e sociais, mas o inverso: são os problemas econômicos e sociais que criam os problemas educacionais, sejam de ausência ou de precariedade. É nessa caracterização de universidade popular que se circunscreve a UP, sendo a concepção de universidade popular que Mariátegui (2010, p. 349) elabora como maior expressão:

As universidades populares não são institutos de extensão universitária agnósticos e incolores. Não são escolas noturnas para operários. São escolas de cultura revolucionária. São escolas de classe. São escolas de renovação. Não vivem vinculadas a academias oficiais nem alimentadas por esmolas do Estado. Elas vivem do calor e da seiva popular. Não existem para a simples digestão rudimentar da cultura burguesa. Elas existem para a elaboração e criação da cultura proletária.

Essa concepção sobre a educação de caráter popular foi elaborada no processo de constituição da UP, sendo pautada por uma estratégia de revolução brasileira que atribuía à educação um sentido de emancipação política – não apenas de integração ao sistema de mercado, como querem os/as capitalistas.

A perspectiva de revolução brasileira anterior envolvia um panorama de “união nacional” em confronto com o atraso do fascismo e das oligarquias. Ela significava uma unidade entre as massas populares e a classe trabalhadora com os setores médios da economia e a pequena burguesia nacional, como um projeto de avanço democrático com vistas ao desenvolvimento da nação para elevar as condições de vida do povo trabalhador para que, gradualmente, a conquista de direitos permitisse que a classe trabalhadora organizada pudesse levar adiante um projeto de ruptura com o capitalismo.

Posteriormente, possibilitou-se compreender essas questões como parte da trajetória de uma classe que luta por sua emancipação. Assim, não há julgamentos de lutas de outrora, mas sim a tarefa de compreender os movimentos da consciência da classe em seu tempo histórico. Portanto, é compreensível que tenhamos experienciado essa estratégia revolucionária que se mostrou limitada, mas que era a síntese daquilo que se tinha de mais avançado à época. E, para o fenômeno que investigamos, é central pensarmos que a UP – experiência brasileira mais elaborada da universidade popular no século 20 – originava-se de um projeto de ruptura com a ordem social capitalista; de emancipação humana; do confronto com a classe dominante; de pessoas não-alfabetizadas, pobres, negras, mulheres; de todas as pessoas que estavam à margem da participação política e que encontravam, nos partidos revolucionários e nos movimentos sociais, a possibilidade de organização popular e operária da classe.

Essa experiência possibilitou-se a partir de movimentos prévios no contexto latino-americano, estabelecendo outra qualidade para a universidade popular na medida em que estava necessariamente vinculada à transformação social de caráter proletário, à organização dirigida “pela” e “para” a classe trabalhadora e em uma concepção de educação popular com vistas à emancipação humana.

Referências

AGUILAR, M. T. Extensión universitaria y universidades populares: el modelo de educación libre en la Universidad Popular Mexicana (1912-1920). **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Colômbia, v. 12, p. 196-219. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3180035>. Acesso em: 11 nov. 2025.

AMADO, J. Hora do amanhecer: Universidade do Povo. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ano II, n. 264, mar. 1946, p. 3. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/tribuna-popular/pdf/per154547_1946_00264.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRANDÃO, Z. **Paschoal Lemme**. Recife: Massangana, 2010.

CARDOSO, M. M. R. **A concepção socialista de universidade na etapa inicial da Revolução Cubana**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/696261fe-5048-4ea0-a91b-e20b23cc2cb4>. Acesso em: 11 nov. 2025.

COSTA, J. C. C.; ESPINDOLA, M. L. A universidade popular na Parahyba: circulação de ideias, sujeitos e ações. **HISTEDBR On-line**, Campinas, V. 17, n. 1, p. 158-173, mar. 2017. DOI 10.20396/rho.v17i71.8644641. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644641>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FRIZZO, G. **Universidade popular**: concepção latino-americana de universidade. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2024.

LAMELA, E. C. **Da instrução dos trabalhadores à revolução social**: a formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13842>. Acesso em: 11 nov. 2025.

LEHER, R. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos: um acontecimento fundacional para a Universidade Latino-americanista. In: SADER, E.; ABOITES, H.; GENTILI, P. (org.). **La reforma universitaria**: desafíos y perspectivas noventa años después. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p. 52-65.

LEMMÉ, P. Congresso de educação de adultos. In: **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ano II, n. 545, p. 3, mar. 1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/tribuna-popular/pdf/per154547_1947_00545.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

LEMMÉ, P. **Memórias de um educador**. 2. ed. Brasília: Inep, 2004.

MAGALHÃES, M. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARIÁTEGUI, J. C. Las universidades populares. In: CARRASQUERO, H.; ROMERO, F.; VIVAS, Y. (org.). **Mariátegui: política revolucionária: contribución a la crítica socialista: ideología y política y otros escritos**. 5. ed. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2010. p. 349-351.

MORINI, L. P. Las universidades populares. Valencia: Francisco Sempere y Compañía, 1908.

PINHEIRO, M. C. O. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada**. 2014. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/marcos-cesar.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

TRIBUNA POPULAR. Os comités populares estão lutando para combater o analfabetismo. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ano II, n. 196, p. 5, jan. 1946. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/tribuna-popular/pdf/per154547_1946_00196.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

VIANA, M. L. D. O Partido Comunista do Brasil e seus intelectuais na luta pela democratização da educação e cultura entre os anos 1945-1947. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 30-53, dez. 2021. DOI 10.9771/gmed.v13i3.45680. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45680>. Acesso em: 11 nov. 2025.

XAVIER, C. F. Universidade do Povo (1946-1957): educação de adultos e democratização da sociedade no Projeto Político-Pedagógico de Paschoal Lemme. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, p. e230057, 2018. DOI 10.1590/S1413-24782018230057. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/c3Fv8HFKs44pdhzhccGyMFp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Submetido em 7 de dezembro de 2024.
Aprovado em 6 de junho de 2025.